



Venezuela

EUA decidem retomar sanções após chavismo tornar opositores inelegíveis

— Governo americano vinha flexibilizando relações com chavismo em busca de eleições democráticas, maior acesso ao petróleo venezuelano e cooperação para conter migração

WASHINGTON

Os EUA anunciaram ontem que retomarão as sanções ao setor de petróleo e gás da Venezuela, depois que o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) manteve a inabilitação política da deputada María Corina Machado e do também opositor Henrique Capriles. Segundo o porta-voz do Departamento de Estado, Matthew Miller, as restrições voltarão a partir de abril.

Para o governo americano, o restabelecimento das sanções é consequência da falta de avanços nas negociações entre a Plataforma Unitária, de oposição, e o chavismo, que não permitirá que todos os candidatos presidenciais concorram nas eleições deste ano.

A Venezuela chamou a decisão americana de chantagem grosseira e indevida. A vice-presidente Delcy Rodríguez prometeu retaliar. “Se os americanos derem esse passo em falso, a partir de 13 de fevereiro vamos cancelar a repatriação de migrantes venezuelanos e revisaremos qualquer mecanismo de cooperação existente”, disse.

RESISTÊNCIA. Na segunda-feira, Corina Machado descartou a possibilidade de desistir de sua candidatura, apesar da sentença do TSJ. “Maduro não escolherá o candidato do povo, porque o povo já escolheu seu candidato”, disse Corina, que

teve seus direitos políticos suspensos por 15 anos e classificou a decisão como “grotesca”.

Em outubro, a Noruega mediou um diálogo entre chavismo e oposição, com participação de México, EUA, Holanda, Rússia e Colômbia. Os acordos de Barbados previam troca de prisioneiros, alívio das sanções, eleições transparentes com participação dos principais nomes da oposição venezuelana.

CONSPIRAÇÃO. Além da inabilitação de candidatos opositores, os EUA questionam a prisão de 36 pessoas, na semana passada, acusadas de envolvimento em cinco “conspirações” para assassinar Maduro. Entre os presos, há três assessores de Corina Machado. “As ações de Maduro, incluindo a prisão de membros da oposição democrática e a proibição de candidatos, são inconsistentes com os acordos firmados em Barbados”, afirmou Miller.

Segundo o Departamento de Estado dos EUA, o acordo de Barbados continua a ser o mecanismo mais viável para resolver a crise política, econômica e humanitária da Venezuela e realizar eleições competitivas e inclusivas, segundo Miller.

“Isso exige que Maduro e seus representantes respeitem os princípios e garantam que os atores políticos da oposição tenham o direito de esco-



María Corina Machado durante discurso em Caracas: promessa de manter candidatura presidencial

“Maduro não escolherá o candidato do povo, porque o povo já escolheu seu candidato”

María Corina Machado
Líder da oposição, que teve seus direitos políticos cassados por 15 anos

lher livremente seus candidatos nas eleições presidenciais”, concluiu o porta-voz do Departamento de Estado dos EUA.

DESVANTAGENS. A volta das sanções é um baque para o setor de petróleo da Venezuela, que sofre com o sucateamento da estatal PDVSA, devido a má administração e casos de corrupção. A capacidade de produção caiu de 3,4 milhões de barris diários para apenas 700 mil.

A redução da oferta provocada pela guerra na Ucrânia fez

com que EUA e União Europeia voltassem a procurar os chavistas para negócios, mas gestão errática da PDVSA prejudicou a negociação.

No entanto, o rompimento do acordo de Barbados também atrapalha os planos do presidente dos EUA, Joe Biden, já que parte da reaproximação entre os dois países tinha como objetivo, segundo analistas, diminuir a imigração ilegal de venezuelanos para a fronteira sul dos EUA, um ponto fraco na campanha de reeleição do presidente americano. ● **AFP**

Governo Lula silencia sobre inabilitação

BRÁSILIA

Cinco dias depois de a ditadura da Venezuela decidir manter inabilitada María Corina Machado, principal candidata da oposição nas eleições deste ano, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não havia, até ontem, se manifestado sobre a medida, que provocou o restabelecimento das sanções por parte dos EUA ao país.

Argentina, Uruguai, Paraguai e Equador condenaram a inelegibilidade dos opositores na Venezuela. Em encontro realizado em Miami, cerca de 30 ex-chefes de Estado e de governo da Espanha e da América Latina também criticaram a inabilitação de Corina Machado.

Já os governos de esquerda da Colômbia, de Gustavo Petro, e do México, de Andrés Manuel López Obrador, também optaram pelo silêncio. Questionado pelo **Estadão** se a di-

plomacia brasileira pretendia se manifestar sobre a inabilitação, o Itamaraty não se pronunciou. O chanceler Mauro Vieira também preferiu não falar.

RETROCESSO. Reservadamente, no entanto, diplomatas do Itamaraty dizem que a decisão de Maduro é um sinal de retrocesso, mas argumentam que se posicionar agora seria precipitado, já que ainda faltam mais de seis meses para a eleição.

A nova embaixadora do Brasil em Caracas, Glivânia Maria de Oliveira, ainda não assumiu o posto na capital venezuelana e deve chegar ao país nas próximas semanas, abrindo mais canais diplomáticos.

Aliado histórico do chavismo, Lula tem trabalhado desde que retornou ao governo, no ano passado, para reabilitar as credenciais internacionais de Maduro. Em maio, ele rece-

Silêncio

Brasil acredita que ainda é cedo para se posicionar, já que ainda faltam seis meses para a eleição

beu o ditador em Brasília com honras de chefes de Estado, durante reunião que tentava recriar a União de Nações Sul-Americanas (Unasul). A posição de Lula na época provocou protestos dos presidentes do

Uruguai, Luis Lacalle Pou, de centro-direita, e do Chile, o esquerdista Gabriel Boric.

Uma avaliação do governo brasileiro é que os países que mediarão os acordos de Barbados ainda deverão trocar contatos, entender a situação e buscar ouvir os dois lados. Na ocasião da assinatura, em outubro, Lula publicou uma mensagem saudando o entendimento.

Aliado de Maduro, o Brasil teve de agir no fim do ano para aliviar as tensões entre Venezuela e Guiana, depois que Maduro ameaçou anexar à força a região do Essequibo. Após reuniões bilaterais no Caribe, em dezembro, a crise esfriou. ● **CO-LABOROU FELIPE FRAZÃO**